

# Medo do calote pode até ajudar o Brasil

O Brasil retomou, esta semana, em grande estilo, a renegociação da sua dívida externa, tirando proveito da condição de devedor privilegiado, ao apresentar crescimento econômico anual de mais de 7% ao ano, exibir superávit comercial de mais de US\$ 12 bilhões e reservas cambiais de quase US\$ 9 bilhões e, acima de tudo, mostrar capacidade de pagar os juros em dia e até amortizar parte do principal junto aos credores internacionais. Dados convincentes para a comunidade financeira norte-americana, às voltas com sérias ameaças de calote externo e também interno, como a dívida acumulada pelos fazendeiros dos próprios Estados Unidos de mais de US\$ 200 bilhões — montante superior ao endividamento do Brasil e do México juntos.

Com base instalada na residência do embaixador Sérgio Correa da Costa, em Washington, o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, a pretexto de apresentar o novo diretor da área externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, conseguiu êxito na tarefa de mostrar, por exemplo, ao diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, e ao presidente do Federal Reserve System (FED), o banco central norte-americano, Paul Volcker, os trufos excepcionais do Brasil para poder falar alto com os credores.

Também em Nova Iorque, o quase onipotente comitê de assessoramento dos bancos credores, presidido por William Rhodes, vice-presidente do Citibank, respondeu com posição flexível às ponderações brasileiras. Mesmo com passivo externo de US\$ 99,6 bilhões, o Brasil ostenta, e ninguém nega, invejável fluxo de caixa e um ativo relativamente sólido, a ponto de manter com folga superávit de US\$ 12 bilhões na balança comercial.

Os próprios norte-americanos fornecem ampla munição para o forte arsenal do Brasil contra as pressões dos banqueiros e das autoridades internacionais. Este ano, além de pagar integralmente US\$ 11,7 bilhões dos juros da sua dívida global, o País amortizará US\$ 1,4 bilhão junto aos bancos comerciais do exterior, enquanto os agriculto-

res dos Estados Unidos mostram incapacidade de sequer apresentar proposta de reescalonamento de suas dívidas.

Envolvidos na pior crise desde a Grande Depressão dos anos 30, os fazendeiros norte-americanos não têm como pagar os US\$ 20 bilhões de juros anuais de sua dívida de US\$ 200 bilhões e dispõem de ativos (terras desvalorizadas) e de fluxo de caixa negativo que impedem qualquer "solução de mercado".

O Brasil paga os juros que ajudam os Estados Unidos a cobrirem o seu elevado déficit comercial, fornece produtos baratos — até pela força protecionista — aos consumidores norte-americanos e, com a expansão da atividade produtiva, abre espaço para importações de máquinas e equipamentos e gera lucros para as subsidiárias das multinacionais. Enquanto isso, os fazendeiros introduzem fantasmãs nos gabinetes de Washington e de Nova Iorque.

Sem qualquer coação externa, o Brasil honrou os seus compromissos. Nos Estados Unidos, os agricultores movimentam os seus lobbistas para que todos os demais segmentos da sociedade se comprometam a seu favor. Se o governo brasileiro empurrou a agricultura daqui para a arena de mercado, lá nos Estados Unidos, os fazendeiros reclamam do Congresso, do Executivo, do FED e dos banqueiros injeção maciça de recursos, inclusive com característica de fundo perdido, além de exigir a imposição de preços bem mais elevados para os consumidores de seus produtos.

Caso não haja um comprometimento de todas as forças da economia norte-americana, os fazendeiros ameaçam liquidar fatia dos 14 mil bancos, locais, fechar importantes indústrias — sobretudo de insumos agrícolas — e acelerar a tendência de desativação da atividade econômica dos Estados Unidos como um todo. Por isso, o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, encontrou razões de sobra para considerar "animadora" a colheita do que plantou em seu giro de seis dias pelos Estados Unidos, onde os da terra fazem germinar bilionários calotes.